

ANÁLISE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO TIJUCO EM DIAMANTINA - MG

Larissa Paraguassú^{1(*)} & Ana Clara Mendes Caixeta²

¹Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG) e Mestre em Evolução Crustal e Recursos Naturais pela Universidade Federal de Ouro Preto (Degeo/UFOP)

² Geógrafa do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto – CeGeo/ICT – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutora em Geografia pela UFU

Resumo:

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) têm uma função ambiental abrangente, englobando, em geral, aspectos relacionados à preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e de demais elementos da paisagem capazes de assegurar o bem-estar das populações humanas. Entretanto, no ambiente urbano e rural, por vezes, diversas APPs não têm os seus limites e atributos respeitados, sofrendo com alterações ambientais de diversos tipos. Inserida neste contexto encontra-se a bacia do córrego Tijuco, local situado na área de amortecimento do Parque Estadual do Biribiri (PEB), que convive com os impactos provenientes da expansão da área urbana do município de Diamantina-MG. Diante de tal panorama, este trabalho teve como objetivo caracterizar os impactos nos recursos hídricos decorrentes da ocupação urbana na APP desta bacia. A metodologia desenvolveu-se ao longo das seguintes etapas: i) levantamento de campo, cartográfico e bibliográfico sobre os principais impactos ambientais no local de estudo; ii) análise e delimitação da APP (com base na Lei N° 12.651/2012) a partir da Carta Topográfica 1:100.000, de dados SRTM com resolução de 30 m e de imagens do sensor Pléiades obtidas em 04/08/2014, com o uso do programa ArcGis 10.2®; iii) classificação do uso do solo da APP em áreas urbana e rural e; iv) verificação da área anteriormente delimitada para a validação da ocorrência dos impactos ambientais *in loco*. Os resultados apontam que a APP adjacente à drenagem corresponde a 9% da área total da bacia, entre um intervalo altimétrico de 1410 à 1130 m. Além disso, verificou-se que a porção norte da bacia registra impactos ambientais de baixas magnitudes, tendo os raios de proteção de suas nascentes respeitados (50 m) e as áreas de proteção ao longo dos cursos d'água também (30 m de adjacência em cada margem), com exceção de alguns trechos em que estradas de terra e a BR-367 se sobrepõem a tais limites. O mesmo não é observado na porção sul da bacia, pois esta não tem os raios de proteção de duas das três nascentes principais respeitados, contando com a presença de moradias em seus arredores. Esta região urbana possui 30% da APP entre um intervalo de cotas de 1310 a 1200 m ao longo de 1200 m de extensão, o que contribui para a redução da infiltração na área de recarga e favorece o aumento do escoamento superficial. Os 60% da APP rural restantes não estão totalmente preservados, o que pode ser comprovado pela ausência de vegetação ciliar em diversas porções ao longo do curso principal da bacia, revelando que esta não se encontra devidamente protegida, como apregoa a Lei N° 12.651/2012. Ressalta-se, ainda, que em períodos chuvosos os processos erosivos nesta porção são intensificados, o que pode contribuir para o assoreamento de cursos e interferir na qualidade da água da drenagem que verte em direção ao PEB. Todos esses fatores combinados, portanto, podem contribuir para a ocorrência de impactos significativos, como por exemplo, a formação de inundações na área, a alteração na flora e fauna do PEB e a modificação na dinâmica hídrica da bacia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651/2012. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acessado em: 24 de agosto de 2017.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. 2004. Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri. Encarte 2 - Análise da Região da Unidade de Conservação. SDS-02/02 – Revisão Final, Curitiba-PR.